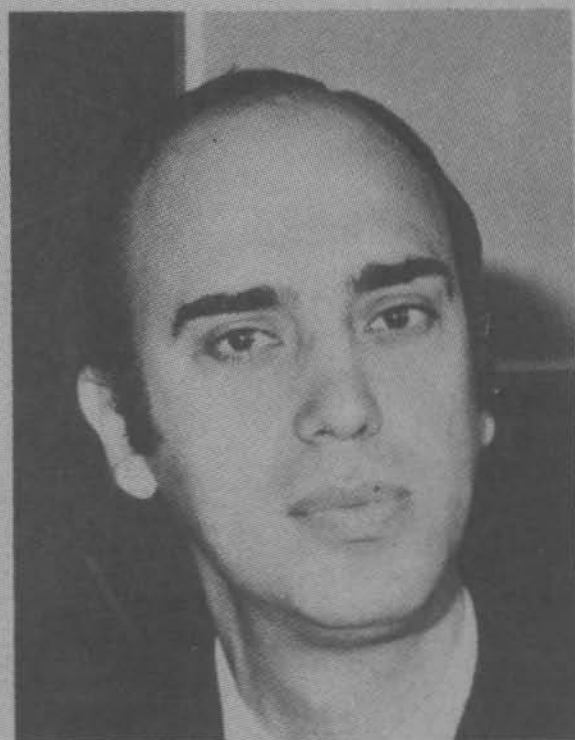


MARCO MACIEL

DEMOCRACIA E TELEDUCACÃO



25 AÇÃO PARLAMENTAR

MARCO MACIEL

Marco Antonio de Oliveira Maciel é nordestino de Pernambuco, nascido no dia 21 de julho de 1940. É filho de Carmen Sylvia e José do Rego Maciel, casado com Anna Maria Maciel. O casal tem três filhos: Gisela, Maria Cristiana e João Maurício.

Estudante e Líder Universitário

Fez seus primeiros estudos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Foi duas vezes eleito presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes da UFPe) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP). Formou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Advogado

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, turma de 1963, é advogado inscrito na OAB — Secção de Pernambuco, tendo exercido a profissão no Fórum do Recife.

Professor Universitário

Titular (licenciado) da cadeira Direito Internacional Público, da Universidade Católica de Pernambuco.

Secretário de Estado

Titular da Secretaria Assistente do Governo do Estado de Pernambuco (hoje redenominada de Secretaria do Trabalho e Ação Social), no Governo Paulo Guerra, em 1964.

Deputado Estadual, Líder do Governo

Período 1967/1971, pela Arena, no qual foi, também, durante quatro anos, líder do Governo Nilo Coelho na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Deputado Federal

Dois mandatos (períodos 1971/75 e 1975/79).

Dirigente Partidário

Membro do Diretório Regional e Nacional da Arena e Secretário Regional do Partido em Pernambuco em 1969/70. Foi, também, segundo e primeiro-secretário da Comissão Executiva Nacional da agremiação nas gestões de Filinto Müller e Petrônio Portella. Fundador do PDS e membro de seus Diretórios Nacional e Regional de Pernambuco.

Senador MARCO MACIEL

DEMOCRACIA E TELEDUCAÇÃO

25 — AÇÃO PARLAMENTAR

BRASÍLIA — 1984

**(Pronunciamento do Senador Marco
Maciel, em Plenário, no Senado Fe-
deral, no dia 23 de novembro de 1984.)**

O processo de amadurecimento das instituições democráticas e a formulação de novos padrões de desenvolvimento exigem que se conceda efetiva prioridade à solução do problema educacional brasileiro, sob pena de resultarem inviáveis.

Não há lugar a dúvidas quanto à multiplicidade de aspectos que a questão educacional encerra. Entretanto, um deles — no caso brasileiro — merece especial relevância: como suplantar o ingente desafio decorrente da necessidade de implantar-se um sistema educacional, a um só tempo, abrangente e qualificado? ou seja, como conciliar qualidade com quantidade?

A superação desse desafio passa inevitavelmente pela mobilização de modernas tecnologias educacionais, dentre as quais cumpre salientar a teleducação — campo no qual o Brasil vem experimentando significativos progressos.

A teleducação e as novas tecnologias educacionais serão, por certo, um instrumento que permitirá prover-se educação, a baixo custo e segundo padrões mínimos de qualidade, a contingentes cada vez maiores de cidadãos brasileiros. Sua serventia alcança, portanto, a própria construção da democracia e do desenvolvimento.

DEMOCRACIA E TELEDUCAÇÃO

“O nosso primeiro desejo é que todos os homens possam ser educados plenamente e, desse modo, alcançar a humanidade plena.”

John Amos Comenius, educador e teólogo tcheco, em trabalho publicado em 1657, conforme citação de Mortemer Adler, *in* “A Reforma nas Escolas Públicas”.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Nada mais significativo e decisivo para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática do que prover-se amplamente a seus cidadãos uma educação que lhes outorgue a consciência da cidadania e lhes propicie os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de seus talentos individuais e à convivência social.

A compreensão desse relacionamento é que explica a elevada prioridade que os Estados democráticos concedem aos investimentos em educação, não apenas enquanto instrumento voltado para a qualificação de recursos humanos, mas principalmente como processo de informação, absorção de conhecimento e estruturação de personalidade, agindo sobre o homem inserido em seu meio.

O compromisso da educação, ressalte-se, não se limita à simples formação do profissional, volta-se para o transcendente objetivo de formação integral do homem. A propósito, observava o ex-Ministro Eduardo Portella, *in* “Democracia Transitiva”; “... à educação, mais do que preparar o profissional — tarefa sem dúvida relevante — cabe formar o homem. No homem formado encontra-se necessariamente o profissional. Enquanto que no mero profissional não se acha inevitavelmente o homem e sequer o profissional, porque todo verdadeiro profissional é mais do que um profissional”.

Contudo, ademais de consignar a educação como condição indispensável à consubstanciação do Estado democrático, é de ver-se que a própria democracia representa uma forma superior de pedagogia. Assim, democracia e educação, mais do que uma íntima associação, constituem conceitos indissociáveis e interativos.

O irreversível processo de amadurecimento das instituições democráticas brasileiras induz-nos a refletir sobre a questão educacional, não somente em razão do assinalado relacionamento entre aqueles dois conceitos, mas também em virtude da simultaneidade que por certo, em breve, se observará entre consolidação do projeto democrático e retomada do desenvolvimento.

De fato, a formulação de novos padrões para o desenvolvimento brasileiro aponta para impostergável necessidade de conceder-se efetiva prioridade para a educação, ao invés da ênfase puramente retórica que freqüentemente permeia o discurso governamental. Aliás, urge que o Brasil abdique de sua pouca apreciada condição de, segundo estatísticas recentes da UNESCO, 16º país da América Latina em termos de recursos alocados em favor da educação.

É preciso, pois, dar-se conseqüência às generosas intenções que pretendem conferir tratamento privilegiado à educação no contexto da ação governamental ou, como predicava o poeta T.S. Elliot, é indispensável promover-se a conciliação entre moção e ato.

A insuficiência de recursos, o malogro de mal-assimiladas reformas, a inadequação das políticas educacionais às realidades regionais, a concepção de extravagantes programas de alfabetização de adultos e tantas outras causas respondem pelo inquietante quadro educacional brasileiro.

Mas os problemas alcançam todos os níveis de ensino, desde a inexistência de uma política específica para o pré-escolar até a excessiva massificação que vem vitimando o ensino universitário, sacrificando-lhe a imprescindível qualidade. A esses problemas somam-se outros, como a dolorosa chaga do analfabetismo, a existência de elevados contingentes de professores sem habilitação no ensino de 1º grau, as altas proporções de evasão e repetência nesse nível de ensino, a deformação do ensino de 2º grau que se preocupa excessivamente com a preparação do aluno para os exames vestibulares, a falta de assistência educacional às populações rurais etc.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, não irei dissertar sobre os múltiplos aspectos que envolvem a questão educacional brasileira, cujos problemas demandam uma solução a ser elaborada com o concurso das autoridades governamentais, parlamentares, educadores, enfim da sociedade brasileira. Limitar-me-ei a um aspecto específico — nada obstante essencial — da questão: o imenso desafio de implantação de um sistema educacional, a um só tempo, abrangente e qualificado.

O problema da educação básica, 1º grau, já atinge o limiar de uma verdadeira catástrofe nacional. Mais de sete milhões de crianças estão fora dos bancos escolares, o que representa cerca de um terço do total em idade escolar.

Em discurso na Câmara dos Deputados sobre o assunto, disse o Deputado Arolde de Oliveira: “O elo mais crítico da cadeia de problemas brasileiros localiza-se na educação básica”.

Apenas para exemplificar, somente a desistência entre as primeira e segunda séries situa-se em torno de 50%.

Tudo isto contribui para o alarmante aumento do número de adultos analfabetos, que já chega aos trinta milhões de brasileiros.

Como estender a amplos segmentos da sociedade brasileira um ensino básico de padrão satisfatório? Como superar o notável conflito de extração maniqueísta que contrapõe quantidade à qualidade? Como conciliar qualidade com quantidade?

É certo que alguns pretendem garantir a melhoria do ensino às expensas de constrições na oferta; outros, ao contrário, exigem o primado da qualidade a qualquer custo. São ambos, todavia, radicalismos improdutivos que vacilam entre o elitismo e a demagogia. Para suplantá-los é necessário conjugar-se consciência social com criatividade tecnológica.

É forçoso reconhecer que o País recentemente experimentou significativa expansão na oferta de ensino, conquanto as estatísticas indiquem ainda graves deficiências; como é igualmente indiscutível que as avaliações de desempenho demonstram uma vertiginosa queda na qualidade de ensino.

As crescentes demandas por educação são um dado concreto de nossa realidade social. Entretanto, a essas demandas se justapõem a exigência contemporânea de educação de qualidade para um número cada vez maior e diversificado de alunos.

Este problema enfrentado pelo Brasil, não é o único; outros países já enfrentaram, ou estão enfrentando, semelhante desafio. Com efeito, no mundo inteiro, educadores pioneiros testam novos programas e métodos promissores, visando a introduzir melhorias fundamentais nas escolas. Em várias nações, tanto o conteúdo como a forma de instrução estão passando por uma revisão inquiridora, com a implantação de novas tecnologias educacionais, entre as quais cumpre destacar a teleducação.

O rádio e a televisão parecem destinados a representar, nos dias que passam, papel relevantíssimo no desenvolvimento educacional dos povos, notadamente no tocante à integração nacional e à dinamização da política social dos governos.

Os modernos educadores conscientizaram-se de que a educação precisa ser mais dinâmica; necessita, como diz Edward Buffie, “saltar da teoria para a prática na individualização da instrução”, de modo a propiciar aos educandos maior motivação e responsabilidade, com relação à sua própria aprendizagem, fazendo com que a pesquisa intelectual se torne uma busca efetiva por toda vida, já que o progresso na educação advém sobretudo do uso original do limitado talento humano, do melhor aproveitamento do tempo e da adoção de métodos mais proficientes de ensino.

Nesse contexto, os educadores identificam a teleducação como fator decisivo para um maior e melhor desenvolvimento do ensino, vez que os modernos veículos de comunicação de massa são capazes de promover a combinação de qualidade com quantidade. Aliás, acresce salientar que a contribuição da radio-difusão é particularmente valiosa em países de dimensões continentais — como o Brasil —, onde existem grandes vazios demográficos, escassa e esparsadamente habitados, privados muitas vezes da atuação de instituições governamentais e particulares.

Não cabe, contudo, entender que a transmissão de programas educativos, através do rádio e da televisão, deve constituir-se numa panacéia para todos os problemas educacionais, capaz de dispensar o concurso dos professores, o uso sistemático do livro didático, a adoção de currículos e de cursos mais adequados etc. Nesse sentido, ressaltam-se as palavras proferidas pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, em recente pronunciamento realizado na 39ª Conferência Internacional de Educação: “Nenhuma tecnologia, importa reiterar com ênfase, poderá substituir o professor na dialética do ato pedagógico, no qual se confrontam mestre e discípulo, numa relação interpessoal inevitavelmente assimétrica. Relação de ordem ético-existencial de natureza dialógica, ou seja, é o *logos* que une o professor e o educando na verdade, e este é o valor fundamental”.

O que, porém, não padece dúvida é que a curta história de sucessos, registrada na literatura da teleducação, tem demonstrado à saciedade que os meios de comunicação de massa podem propiciar serviços educacionais de elevado padrão aos seus usuários.

Vivemos uma época em que os homens não mais se surpreendem com as comunicações instantâneas, em que a tecnologia moderna desafia os espaços siderais, fazendo percorrer sinais eletromagnéticos a 300 mil quilômetros por segundo, comunicando a Terra a Marte, distante 370 milhões de quilômetros.

Esta espetacular conquista do espaço será tanto mais proveitosa quanto maior for sua capacidade de converter-se em grande veículo de divulgação de idéias, conhecimentos e informações bem como do intercâmbio de culturas.

O rádio, a propósito, já de longa data, é considerado poderoso veículo de ensino de “terceira geração”, juntamente com a fotografia, os dispositivos eletrônicos, as gravações e o cinema educativo.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer ouço V. Exª meu caro Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Estou ouvindo com o maior interesse o discurso de V. Exª, e exatamente no momento em que V. Exª chama a atenção que os meios de comunicação modernos podem ser uma solução adequada para a divulgação do ensino em qualquer país. Queria só aproveitar a oportunidade para

dizer a V. Exª que por volta de 1967, o então Governador do Maranhão, José Sarney introduziu, no ensino público oficial, o tele-ensino, com aulas primorosas montadas por professores da maior categoria, não só do Maranhão, como de São Paulo e do País todo, e difundiu isso pelo Maranhão inteiro, numa época em que a telecomunicação ainda era incipiente em termos de transmissão para o interior. Então, se há mais de 15 anos, seguramente, foi possível fazer isso V. Exª tem toda razão: é hora de se aproveitar porque não só não temos condições de preparar professores, no volume que precisamos, como estas aulas podem ser preparadas e multiplicadas por mil, valendo cada aula dessas por quantos professores? Era o aparte que queria dar a V. Exª. Possível é; preciso é a decisão de fazer.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Alberto Silva, agradecendo o aparte de V. Exª, quero dizer que concordo integralmente com a judiciosa observação que V. Exª vem de fazer. Mais adiante, pretendo me reportar especificamente, ainda que em rápidas passadas, sobre a experiência do Maranhão.

E quero dizer a V. Exª que acho que se houver, como reclama V. Exª, uma decisão política, o progresso tecnológico que a sociedade toda de hoje assiste será colocado a serviço das soluções dos mais agudos problemas sociais brasileiros. Recentemente, o chanceler espanhol Felipe González falou que a sociedade mundial se encontra nos umbrais de uma nova revolução que seria talvez mais importante do que a industrial: a revolução tecnológica. Se essa afirmação for a certa, e me parece que é, dentro dessa revolução tecnológica que vive o mundo avulta a revolução da informática. E por isso mesmo nós achamos que, no Brasil, que já dá passos tão significativos no sentido do desenvolvimento de uma sociedade informatizada, cumpre olhar para esses problemas agudos com que se defronta a sociedade brasileira, dentre os quais se inscreve, por sua elevada importância, o problema educacional. Acredito que não será jamais possível termos uma verdadeira democracia se nós não tivermos o cidadão habilitado a participar do processo. Por isso quando nós defendemos a prioridade para o setor educacional não o fazemos só vendo a educação enquanto instrução, mas vendo a educação inserida dentro de um complexo bem mais amplo, que permita não somente instruir o homem, mas habilitá-lo para participar de uma sociedade que nós queremos cada vez mais e duradouramente democrática.

O Sr. Almir Pinto — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer.

O Sr. Almir Pinto — V. Exª terminou sua frase, exatamente sobre a questão da profissionalização do homem. Não é isso?

O SR. MARCO MACIEL — Exatamente.

O Sr. Almir Pinto — Eu não sei por que — isso tenho repetido várias vezes — nobre Senador Marco Maciel, a nenhuma razão do Governo em não ter incentivado o ensino de artes industriais neste País, que tão bem começou com o

INEP, no tempo de Anísio Teixeira. Não sei se V. Ex^a chegou a perceber isso lá no seu Estado, Pernambuco...

O SR. MARCO MACIEL — Como não!

O Sr. Almir Pinto — ... porque falava-se muito da fuga dos escolares no interior. Os meninos iam para o roçado ajudar os pais, isto na área rural, na fase do plantio e da colheita. E as meninas ficavam em casa, para ajudar as mães no bordado, na costura, nos afazeres domésticos, abandonando, assim, a escola. Então, Anísio Teixeira imaginou o ensino de artes industriais. Tenho falado muito sobre este assunto aqui no Senado e eu sou, digamos assim, um apaixonado por este ensino, porque nós não podemos ter num país como este, de dimensão continental, apenas o ensino beletista; todo mundo quer ser bacharel, todo mundo quer ser médico, todo mundo quer ser farmacêutico, dentista, engenheiro etc. Nós temos, V. Ex^a sabe disso, Governador que foi de Pernambuco, um déficit muito grande de técnicos de nível médio. Então, este ensino faz uma grande falta, principalmente no meio rural. Digo isto com conhecimento de causa, uma vez que fui Secretário de Educação no meu Estado. Os prédios de Artes Industriais para maior aproveitamento das escolas, teriam que ser construídos anexos às Escolas do 1º grau para que as crianças do 4º e do 5º ano primários tivessem mais facilidade para o aprendizado. Os meninos aprenderiam a fazer trabalhos em madeira, couro, cerâmica etc., e as meninas decoração, bordado, desenho, arte culinária... Os pais, então, se acomodavam em deixar os filhos aprendendo algum ofício, muitos deles talvez fosse a única coisa que levaria para a vida prática, já adulto. Então, o que é que se notava? O interesse dos próprios pais que os filhos ficassem na escola, no grupo escolar, freqüentando a escola de artes industriais, porque estava aprendendo algum ofício. Não sei por que, nobre Senador, este ensino desapareceu como por encanto. Nunca tal coisa deveria ter acontecido! Sempre defendi que seria o mais certo o Governo ser o único responsável pelo ensino fundamental, pelo ensino primário em todo o território nacional, deixasse os Estados com o ensino secundário e as universidades através de fundações. Seria uma maneira de melhorar este quadro triste que V. Ex^a acaba de apontar, quando nós temos 30 milhões de brasileiros ainda sem saber ler na zona rural do País.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Almir Pinto, quero dizer a V. Ex^a que o seu aparte trouxe valiosos subsídios para as considerações que estou fazendo nesta tarde, chamando a atenção para o quanto ainda temos que fazer nesse agudo e sempre presente problema da educação em nosso País. Aliás, creio que um debate sobre essa matéria certamente consumiria horas e horas; contudo não gostaria de deixar de salientar que de nossa parte tem havido uma grande preocupação com esses temas, e a prova do que eu afirmo é que, graças à iniciativa de um ilustre integrante desta Casa, o Senador João Calmon, foi aprovada Emenda à Constituição estabelecendo que já a partir do próximo ano haja alocação de maior volume de recursos para a área educacional. Espero, as-

sim, que iniciemos uma duradoura e prolongada etapa, em que se dê ênfase à solução dos problemas educacionais, contribuindo, portanto, para um desenvolvimento mais orgânico e integrado do País.

Os satélites utilizados, atualmente, por inúmeros países, na difusão da educação e cultura, constituem uma realidade surpreendente, não sendo lícito mais considerá-los uma especulação imaginosa que o comodismo possa negligenciar. As discussões projetivas que se travam nas assembléias e laboratórios universitários, hoje, cedem lugar às avaliações levadas a efeito através da teleducação em vários países.

No Brasil, deve-se assinalar a perspectiva concreta de, muito em breve, proceder-se ao lançamento do Brasilsat, nosso primeiro satélite doméstico, que funcionará em conexão com as estações do sistema terrestre, possibilitando a implantação, em grande escala, de projetos nas áreas da educação, da saúde, da agricultura etc.

Reconhecendo-se que os modernos meios de comunicação — especialmente a televisão — podem desempenhar um extraordinário papel na solução dos problemas de aprendizado, de ensino e de administração escolar, e observando, por outro lado, a impossibilidade manifesta de suprimir o analfabetismo com o emprego apenas dos recursos tradicionais do ensino, a Conferência Geral da UNESCO, desde a década de 60, vem encarecendo aos governos que utilizem maciçamente as telecomunicações em programas de educação e cultura.

Essa linha de ação, nos últimos vinte anos, vem se tornando cada vez mais imperiosa e urgente em decorrência do incremento demográfico e do número crescente de pessoas que aspiram participar ativamente do processo educativo. Fatos que, aliás, contrastam com a elasticidade limitada dos recursos humanos e financeiros disponíveis na maioria dos países.

Vale ressaltar que Lewis Rhodes, estudando o papel da televisão na educação, ressalta-lhe a sua imediatividade, o que lhe permite ajudar a criar uma linha de comunicação altamente eficiente de indivíduo a indivíduo. É que, através da televisão, podemos mover, como em nenhum outro meio, tanto idéias, como pessoas e recursos, de um lugar para outro, multiplicando, assim, sua eficácia e valor. O professor projetado numa tela de TV é uma agente de ensino que não está mais confinado à instrução de um número relativamente pequeno de alunos. Por outro lado, os recursos e as riquezas existentes nos museus, nas galerias de arte e nas bibliotecas podem ser postas através da TV à disposição de instituições e de pessoas, separadas pelo espaço e muitas vezes pelo tempo.

Acresce, como está comprovado na prática, que a televisão tem o condão de tornar disponível pessoas qualificadas e técnicas de ensino da mais alta qualidade e, pessoas qualificadas além de apresentar muitas áreas de instrução que o professor de sala de aula nem sempre está em condições de oferecer.

A pesquisadora norte-americana Wanda Mitchell, analisando efeitos da televisão no ensino médio, concluiu que o ensino pela TV oferece inúmeras vantagens sobre as melhores lições que um professor individual possa transmitir a seus alunos em sala de aula. Nenhuma escola de grau médio tem, entre seu pessoal docente, todos os talentos possíveis e as facilidades reclamadas para um ensino mais proficiente. Quando, porém, esses recursos são partilhados pela televisão, eles se multiplicam num grau quase ilimitado.

Todos esses depoimentos convergem para inequívoca realidade de um mundo que cada vez mais recorre ao uso da telecomunicação como ferramenta indispensável à difusão do ensino.

A UNESCO, através de sua Conferência Geral, vem insistindo, nas vantagens práticas da exploração espacial no campo da educação, salientando que esses benefícios alcançariam sobretudo os países em desenvolvimento. Registre-se, a propósito, que a 17ª Conferência Geral, realizada em 1972, aprovou uma Declaração de Princípios, aplicável à utilização dos meios de comunicação — sobretudo satélites — nos domínios da educação e cultura.

Essa Declaração de Princípios, em seu artigo VI, esclarece que “a radiodifusão por satélites de transmissão destinada à expansão da educação tem por objetivo o desenvolvimento do ensino, aumentar as possibilidades de acesso à educação, melhorar o conteúdo dos programas escolares, favorecer a formação dos educadores, facilitar a luta contra o analfabetismo e contribuir para assegurar a educação permanente.”

A partir de então, foram desenvolvidos inúmeros estudos e projetos relacionados com a utilização de satélites na educação. A própria UNESCO, em 1975, elaborou os “Estudos sobre a Viabilidade de um Sistema Regional de Teleeducação para os Países da América do Sul”.

Em vários países, se faz uso da televisão em larga escala como instrumento de enriquecimento do currículo escolar. E, nesse sentido, os professores empregam com sucesso a televisão em base mais ou menos regular para ampliar e aprofundar as experiências de aprendizagem dos alunos.

O Sr. Cid Sampaio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com prazer meu caro Senador Cid Sampaio.

O Sr. Cid Sampaio — Ilustre Senador Marco Maciel, as suas observações, nesse momento, no Brasil, devem ter uma grande repercussão. V. Exª conhece o interior deste País, conhece a dificuldade com que se ministra o ensino primário, e muito maior a com que se ministra o ensino de 2º grau e ginásial. O uso da televisão, o uso da telecomunicação, realmente pode fazer uma revolução substituir os professores, cuja deficiência de preparo, infelizmente, se constitui uma constante na vastidão deste País. Tem V. Exª inteira razão, e é de crescer-

se que com as novas técnicas de informática é possível levar ao interior, através da telecomunicação, informações, resultados de computação, conhecimentos inacessíveis ao corpo docente e portanto discente. O sentido do discurso de V. Ex^a realmente deve ter repercussões neste País, porque as considerações de V. Ex^a, se atendidas, realmente dedicando-se verbas maiores ao ensino por televisão e por telecomunicação, é possível vencer uma etapa que o País precisa vencer, haja vista o que está sendo feito atualmente na França. O governo socialista chegou à conclusão de que o conhecimento, a educação e a pesquisa devem preceder qualquer outra ação, mesmo econômica, no sentido de fazer progredir os povos. Hoje a França sofre uma verdadeira modificação na sua estratégia de governo, voltando-se, principalmente, para a educação. Quero parabenizar V. Ex^a pela magnífica exposição que está fazendo.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Cid Sampaio, quero agradecer, entre desvanecido e sensibilizado, as palavras com que V. Ex^a apreciou as palavras que produzo nesta tarde sobre o problema educacional brasileiro e, de modo especial, sobre a necessidade de utilizar-se cada vez mais as modernas técnicas resultantes do progresso que o mundo todo conhece no campo da informatização. A técnica em si é um meio, um mero adjetivo. Ela pode ser boa ou má, dependendo da sua aplicação. Não foi por outro motivo que falando, recentemente, na Áustria, o Papa João Paulo II fez questão de insistir que a toda técnica deveria presidir sempre uma ética e que a toda ciência, deveria se juntar uma consciência. No Brasil, nós devemos ter presente essa realidade. A técnica, o desenvolvimento científico e tecnológico neste País, é um fato — principalmente, no campo da informática. Nós entendemos que esse progresso não deve ficar adstrito meramente a determinados campos, justamente aqueles setores que sejam capazes de dar maior resposta econômica, mas que essas técnicas devem ser utilizadas, também, para atender às vicissitudes sociais mais agudas do País. Por isto, entendemos que se o País é capaz de fazer uma enorme revolução nesse campo, por que não aproveitar essas conquistas tecnológicas e usá-las para suprir vicissitudes maiores da Nação, de modo especial, aquelas vinculadas à melhoria da condição de vida do nosso povo e, por que não dizer, de modo mais particular, com relação à educação? Por isto, quero dizer a V. Ex^a que fico muito sensibilizado em ouvir as suas palavras e espero que; efetivamente, através de um amplo debate, esta Casa possa dar a sua contribuição também nesse plano, ou seja, no sentido de possibilitar e fazer com que os problemas mais agudos no plano da educação, em nosso País, possam ser superados e, assim, possamos construir uma sociedade mais justa — por que não dizer, também? — mais democrática.

Sr. Presidente, na Venezuela, por exemplo, o uso da televisão e do rádio para fins educativos vem dando continuidade ao processo de revitalização dos serviços de tecnologia educativa, atendendo a grande segmentos da comunidade — inclusive grupos indígenas. A produção de programas educativos, veicula-

dos através dos canais de televisão, já alcança proporções significativas. Além disso, ressalte-se a criação, em 1977, da Universidade Nacional Aberta, voltada para a formação de profissionais, que não podem freqüentar as instituições convencionais de ensino, e para o aprimoramento do magistério.

Na Espanha, a Universidade Nacional de Educação à Distância, instalada em Madri desde 1972, cobre praticamente a totalidade do território espanhol. Seu modelo pedagógico baseia-se em modernos métodos de ensino, comprovados pela psicologia da aprendizagem, que consideram ser a relação direta professor/aluno prescindível, já que se pode aprender à distância determinados conteúdos científicos, sempre que se empregue uma tecnologia adequada, que garanta a qualidade dos meios de instrução e um mínimo de comunicação docente.

O sistema educacional britânico orgulha-se de sua educação tecnológica desenvolvida através de excelentes programas de rádio e televisão, ao lado da mais bem montada universidade aberta do mundo.

Na Grã-Bretanha, os programas radiofônicos e televisados, tanto os especificamente educacionais como os gerais, vêm se constituindo em um dos mais eficientes meios de educação prolongada, estando, muitas vezes, ligados a uma série de publicações, cursos e atividades extracurriculares.

Tanto a BBC, como outros canais de televisão independentes, apresentam periodicamente programas que abrangem desde a educação de base e o treinamento progressivo em diversas profissões até os destinados ao aperfeiçoamento das habilidades domésticas, sociais e artesanais. A BBC colabora, também, com a Open University inglesa, produzindo e transmitindo programas radiofônicos e de TV, como partes dos cursos.

Registre-se que a universidade aberta inglesa, criada em 1969, representa a primeira experiência de aplicação sistematizada dos meios de comunicação de massa, associados a outros processos de instrução, com o objetivo de proporcionar formação universitária regular a um grande contingente da população inglesa acima de 21 anos, sem condições de freqüentar os centros universitários tradicionais.

A singularidade da experiência da universidade aberta inglesa não está, propriamente, nos cursos transmitidos através da televisão e do rádio, tampouco está no emprego do ensino por correspondência. Sua originalidade reside, de uma parte, na integração sistemática de todos os meios convencionais de instrução — inclusive o contato pessoal — com a finalidade de ministrar educação superior a adultos, independentemente, do grau de instrução prévia; de outra, na capacidade de organizar novos tipos de cursos, não se restringindo a aplicar novos processos a conteúdos tradicionais.

Nos Estados Unidos, por sua vez, são oferecidos programas de ensino à distância, para adultos, nos mais diferentes níveis e nas mais longínquas re-

giões. Mais de 600 centros de ensino superior, em cooperação com o Serviço Público de Radiofusão, proporcionam ensino superior através de estações locais.

Outros países — a exemplo do Japão, Alemanha Federal, União Soviética, Israel, Costa Rica, Colômbia, Paquistão etc. — dispõem, igualmente, de sistemas avançados de ensino à distância.

A experiência brasileira em termos de radiodifusão educativa remonta a 1923, quando um grupo de idealistas pertencentes à Academia Brasileira de Ciências, sob a liderança de Henrique Morize e Roquete Pinto, criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, objetivando veicular conferências, concertos e programas de interesses científico, literário e artístico.

Não obstante esse trabalho pioneiro e os esforços isolados e episódicos de alguns idealistas, a verdade é que somente em 1972 cuidou-se de instituir uma política governamental para o setor, mediante a criação do Programa Nacional de Teleeducação — PRONTEL, cujas ações foram posteriormente cometidas à Secretaria de Aplicações Tecnológicas — SEAT e hoje se encontram sob a responsabilidade da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa — FUNTEVE, entidade vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

A compreensão da importância dos meios de comunicação na difusão do ensino fez prosperar, em inúmeros locais do País, programas e instituições constituídas com essa finalidade específica.

No Rio de Janeiro, berço da radiodifusão brasileira, o Instituto de Educação do Estado tornou-se a matriz do ensino à distância, mediante a edição de diversas publicações, que relatavam os métodos utilizados nessa modalidade de tecnologia educacional. Foi, ainda, no Rio de Janeiro que nasceram o Projeto Minerva — criado em 1970 e que desde então assumiu relevante papel na radiofonia educativa nacional —, o Centro de Tecnologia Educacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a FUNTEVE — que a partir de 1981 passou a coordenar as atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, a Rádio MEC-Rio, a Rádio MEC-Brasília, o Centro de Cinema Educativo, o Centro de Informática Educativa, além de absorver as ações anteriormente delegadas à SEAT.

No Estado de São Paulo, a partir de 1978, começou a ser transmitido o Telecurso 2º grau, projeto de educação supletiva por multimeios, assinado pela Fundação Roberto Marinho e pela Fundação Padre Anchieta. Esse projeto alcança, hoje, praticamente todo País, obtendo inquestionável êxito, através da recepção livre, que observa uma metodologia voltada para habilitar o aluno para os exames supletivos, independentemente, da frequência às aulas.

Cabe acrescentar que a Fundação Padre Anchieta, criada em 1967 e vinculada ao Governo de São Paulo, além de ministrar cursos supletivos, exhibe um fecundo elenco de realizações no tocante à veiculação de cursos profissionali-

zantes — contribuindo para a melhoria qualitativa dos mais variados segmentos da força de trabalho —, bem como no que se relaciona à oferta de educação pré-escolar à população infantil não atendida pela rede escolar.

No Rio Grande do Sul, a Fundação Educacional Padre Landell de Moura — Feplam, instituída em 1967, converteu-se em um verdadeiro complexo educacional a serviço da comunidade, concentrando suas ações em programas teleeducativos destinados a adultos, com destaque para sua atuação no meio rural.

A essas bem-sucedidas iniciativas reúnem-se outras, a exemplo dos programas de cultura, de ensino supletivo, de ensino regular, de treinamento de professores levados a cabo pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, bem como os programas gerados e transmitidos pela TVE do Ceará e pela Fundação Maranhense de Televisão Educativa.

No campo do aprendizado profissional, cumpre mencionar as atividades do Laboratório de Currículos e Metodologia do SENAC, certamente uma das mais promissoras experiências de ensino à distância, cuja técnica considera sobretudo a participação individualizada do aluno. O SENAI, igualmente, vem aplicando técnicas de ensino à distância, por correspondência, obtendo bons rendimentos na tarefa de capacitação profissional de sua clientela.

Esses testemunhos de êxitos não nos autorizam, entretanto, a entender como satisfatório o padrão evolutivo do ensino à distância, no Brasil. Falhas e deficiências existem, podendo ser atribuídas a carência de recursos, descontinuidade e ineficácia no planejamento global, dispersão espacial das populações-alvo etc.

O sistema de televisão educativa, em particular, apresenta claras deficiências. A própria implantação da rede jamais obedeceu a qualquer tipo de planejamento, daí por que se tornou visivelmente lacunosa, desequilibrada e sem unidade. Ademais, as emissoras enfrentam sérios problemas nas áreas de manutenção e reposição dos equipamentos, provocando graves conseqüências nos setores de produção e veiculação de programas.

As carências do sistema nacional de televisão educativa findam por repercutir negativamente na expansão das atividades de teleeducação, principalmente naqueles campos que não são cobertos sistematicamente pela televisão comercial.

No ensino regular seriado os programas teleeducativos são usados como substitutos do professor, e não como instrumentos de apoio didático, daí os baixos resultados obtidos. Em contrapartida, firma-se dia-a-dia uma tradição de êxitos no atinente ao ensino supletivo, cujos exemplos mais eloqüentes são o Projeto Minerva, o Telecurso do 2º grau e o Projeto João Silva.

Com respeito ao ensino não-formal, o Brasil chega a dispor de uma pletera de experiências em atividades de formação profissional, educação rural, edu-

cação para o trânsito, conhecimentos gerais, literatura e artes — veiculadas através de emissoras de rádio, emissoras de TV, cursos por correspondência etc.

No que concerne à utilização de computadores — inclusive através da telemática, poderosa combinação entre a informática e a telecomunicação — videoscassetes e outros recursos tecnológicos na educação, estamos ainda nos primeiros passos. Não há como desconhecer-se, contudo, que são passos que apontam firmemente em direção ao progresso.

Procedendo-se, Sr. Presidente, a uma avaliação das iniciativas e atividades desenvolvidas nesse setor, importa registrar — como bem observa o Professor João Batista Araújo e Oliveira — que “a aplicação mais intensiva da tecnologia educacional surgiu acompanhada de grandes promessas e expectativas, muitas das quais não foram cumpridas, para o bem ou para o mal”. De fato, é indiscutível que os diversos esforços dispendidos sob a égide da tecnologia educacional não logrou resolver decididamente nenhum problema da escola convencional; tampouco na área do *software* educacional e da produção de materiais houve produto que se sobressaísse pela sua qualidade e importância, particularmente no que se refere à sua utilização no ensino formal.

É preciso, porém, que dessas falhas tiremos as lições mais importantes e se redobrem os esforços para conquista de novos êxitos. É preciso que se tenha presente que a contribuição, até hoje periférica, atribuída à tecnologia educacional, no Brasil, não é uma deficiência específica ou uma decorrência de incompetência dos educadores brasileiros. O que o Brasil aprendeu e desenvolveu, até o momento, é praticamente o que é disponível na maioria dos países, em termos de técnicas. E aqui, é justo ressaltar, a tecnologia educacional já logrou influenciar setores específicos da educação de forma bem significativa, implementando alguns ideais educacionais antigos através do uso de instrumentos e conceitos que foram adicionados à prática tradicional. Ademais, a tecnologia educacional brasileira tornou possível a expansão rápida de oportunidades oferecidas, sobretudo, nas áreas de educação técnica e vocacional e tem sido um fator preponderante no desenvolvimento de programas de ensino não-formal, como já salientamos. A isto se acrescenta o fato de ter contribuído, também, para a melhoria do treinamento de inúmeros educadores brasileiros e de se ter tornado instrumento valioso no desenvolvimento de recursos humanos especializados.

Sr. Presidente, malgrado as dificuldades econômicas, os equívocos políticos e as incompreensões pedagógicas, no campo da teleeducação somos dos que confiam em que os meios eletrônicos e as tecnologias educacionais que os envolvem acabarão, mais cedo do que muitos pensam, por penetrar na realidade do ensino em nossa Pátria.

Acreditamos, por isso mesmo, que este seja um caminho recomendável devido à magnitude que o problema já assumiu.

Sabemos que o alcance da educação de adultos e da educação prolongada tende a aumentar, e deve incluir, além do desenvolvimento do indivíduo através de atividades culturais, físicas e de artesanato, outras áreas importantes, como a educação básica, a educação para grupos de baixa renda e pessoas excepcionais, a educação para consumidores, a educação sanitária e a avaliação de novas tecnologias.

Se a TV comercial já alcançou, entre nós, um alto e invejável padrão de qualidade técnica, por que o Governo, os educadores, os empresários e a opinião pública ainda não reconheceram o efetivo valor educacional da televisão e de outros meios de comunicação de massa?

Entendemos que será pela teleducação que asseguraremos um padrão mínimo de qualidade, através de textos escolhidos e de material audiovisual previamente preparado, que poderão ser utilizados também pelo ensino convencional. Será pela teleducação que conseguiremos menor custo unitário por aluno ou participantes dos programas ministrados, já que o aluno de um sistema à distância custa 25% o custo do aluno do sistema convencional face a face. Será pela teleducação que obteremos a conveniente flexibilidade de aplicação tanto para complementar o ensino regular de 1º, 2º e 3º graus, como para programas de treinamento profissional. Será pela teleducação que alcançaremos um contingente maior de participantes, uma escola com 3 vezes mais capacidade que a oferecida pelo sistema convencional e com o mesmo valor de recursos.

Entendemos, também, que deve ser estimulada a implantação da universidade aberta, como fórmula capaz de estabelecer uma cunha no elitismo asfixiante das universidades convencionais brasileiras, convertendo-se assim em meio eficaz para democratização do ensino.

Não é admissível que continuemos presenciando impassíveis a ingente e crescente pressão da demanda educacional sobre o orçamento nacional, mormente em uma conjuntura restritiva. Não é justo que se permita a formação de uma massa, cada vez maior, de adultos e crianças sem acesso à educação formal, vez que o aumento populacional vem superando francamente as taxas de crescimento observáveis na oferta de ensino.

A propósito, Sr. Presidente, vale lembrar que, recentemente, o *Jornal do Brasil* publicou um trabalho de autoria da Professora Vanilda Campos Paiva, em que demonstra, inclusive, que no ensino fundamental a oferta de matrículas tem ficado em percentuais muito inferiores ao crescimento populacional do País, o que vale dizer que certamente, neste instante, estamos, de alguma forma, contribuindo para fazer com que o número de analfabetos cresça não somente em termos absolutos, mas também — o que é mais grave — em termos relativos.

Devemos, enfim, lançar mão de todos os recursos disponíveis, qualificando-se adequadamente os professores, de modo a vencer o desafio de prover educação de forma abrangente e segundo os padrões satisfatórios.

Sr. Presidente, Srs. Senadores a educação de um povo não é uma variável isolada no corpo da problemática econômico-social, nem a instrução se move em um espaço de pura neutralidade científica ou informacional.

Os mecanismos de transmissão do ensino e da informação se articulam com os modos, como um grupo social percebe a sua identidade. Isso importa em afirmar que, com o grau de politização que já atingiu o povo brasileiro, a educação, a cultura e a informação estão reclamando sua urgente democratização. Não significa, contudo, dizer-se que as televisões educativas devam substituir as salas de aula, nem concorrer em níveis de audiência com as televisões comerciais. Devem, porém, funcionar como elementos motivadores da educação permanente do povo, como fatores de alimentação das redes culturais do País. Incumbe-lhes, além disso, a tarefa de mobilização social — desde a comunidade de especialistas até os segmentos menos favorecidos da população — através da difusão da ciência, da arte e da cultura.

Não basta Sr. Presidente, entretanto, apenas ampliar a utilização dos recursos tecnológicos na educação. Outras mudanças são necessárias. Para isto, urge remover as barreiras existentes entre os diversos graus de ensino; prover a educação pré-escolar, a partir de modelos compatíveis com o desenvolvimento harmônico da infância e incentivar a criatividade infanto-juvenil; estimular o autodidatismo, levando cada brasileiro a converter-se em sujeito do seu próprio processo de desenvolvimento educativo-cultural; levar a população a tomar conhecimento de novas tecnologias, novas idéias e suas potencialidades; redimensionar a área de veiculação e tráfego da programação educativa, com vistas à expansão e valorização da rede de horários de influência da TV educativa em âmbito nacional. De mais a mais, todo o processo deve ser revisto, repensado, criticado e realimentado, dinâmica e permanentemente, através da avaliação contínua dos seus produtos e dos novos níveis de exigência da sociedade.

Esta é a trilha que nos levará à superação do desafio educacional brasileiro, mormente no que toca — faço questão de frisar — ao ensino básico. Os frutos deste trabalho — tenho certeza — se projetarão recompensadoramente sobre as gerações futuras, porque têm a ver com educação e democracia, desenvolvimento e justiça social. Esta é a tarefa que se impõe a todos nós. (*Muito bem! Palmas.*)

AÇÃO PARLAMENTAR

- 1 — Cem Anos de República**
- 2 — Informática e Desenvolvimento**
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártica**
- 4 — Nordeste: o Semi-Árido**
- 5 — Reforma Tributária**
- 6 — Ciência e Tecnologia**
- 7 — Desenvolvimento Urbano**
- 8 — Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Externa**
- 9 — Simplificação das Leis**
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa**
- 11 — Filinto Müller e a Política**
- 12 — Política de Desenvolvimento para uma Nação Multirregional**
- 13 — Agricultura: Nova Fronteira**
- 14 — Uma Política para Irrigação**
- 15 — Importância da Educação para a Realização Democrática**
- 16 — Subsídios para uma Política Cultural**
- 17 — Política de Transporte e a Crise Energética**
- 18 — Voto e Federação**
- 19 — “Nilo Coelho: O Homem e o Político”**
- 20 — Trabalho e Sindicalismo**
- 21 — Apoio à Microempresa**
- 22 — Transporte Ferroviário**
- 23 — Grupos de Pressão e Lobby**
- 24 — Democracia Racial e Lei Afonso Arinos**

Endereço para correspondência

Senado Federal

Gabinete nº 01

CEP 70160 — Brasília — DF

Fundação Milton Campos

Foi fundador e primeiro Presidente da Fundação Milton Campos de Pesquisas e Estudos Políticos da Arena (1975/77), instituição que objetiva formar quadros e realizar estudos de reflexão crítica sobre a sociedade brasileira.

Presidente da Câmara dos Deputados

Eleito, presidiu a Casa no biênio 1977/79.

Governador de Pernambuco

Governou o Estado (1979/1982).

Senador da República

Eleito em 1982. No Senado Federal é membro das Comissões de Relações Exteriores e de Assuntos Regionais e suplente da Comissão de Educação e Cultura. Preside também a Comissão Especial Mista encarregada de programar a passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País.

Trabalhos Publicados

Vários, destacando-se os seguintes: "Algumas Considerações sobre Organizações Internacionais: a ONU", "O Mar de 200 Milhas e o Desenvolvimento Nacional", "Partidos Políticos", "Algumas Considerações sobre Atribuições do Congresso Nacional na Emenda Constitucional nº 1, de 1969", "Um conceito de Direito Internacional", "Corredor de Exportação para o Nordeste", "Regiões Metropolitanas", "A Ferrovia como Instrumento de Desenvolvimento Nacional", "Nordeste: Atualidades e Perspectivas", "Temas Nacionais de Interesse Regional", "O Programa Nuclear como Exigência do Desenvolvimento Nacional", "O Poder Legislativo e os Partidos Políticos no Brasil", "Política e Desenvolvimento (A Universidade e o Aperfeiçoamento Democrático)", "Vocação e Compromisso", "Cem Anos de República", "Informática e Desenvolvimento", "Importância do Mar e Presença na Antártica", "Nordeste: o Semi-Árido", "Reforma Tributária", "Ciência e Tecnologia", "Desenvolvimento Urbano", "Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica", "Simplificação das Leis", "Participação do Congresso na Política Externa", "Filinto Müller e a Política", "Política de Desenvolvimento para uma Nação Multirregional", "Agricultura: Nova Fronteira", "Importância da Educação para a Realização Democrática", "Uma Política para Irrigação", "Subsídios para uma Política Cultural", "Política de Transportes e a Crise Energética", "Voto e Federação", "Nilo Coelho: O Homem e o Político", "Trabalho e Sindicalismo", "Apoio à Microempresa", "Transporte Ferroviário", Grupos de Pressão e Lobby; Importância de sua Regulamentação", "A Democracia Racial e Lei Afonso Arinos". Além disso é autor de diversos projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado.

